

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

1 - PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público para conhecimento dos interessados que a Prefeitura Municipal de ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, sediada à Estrada velha da Usina, s/n - Centro, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ, 28930-000, através da Coordenadoria de Licitações e Contratos conforme solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, critério de julgamento MENOR PREÇO UNITÁRIO, cujo objeto será Registro de Preços para Contratação de empresa para futura e pretensa aquisição de material para a reformulação e ampliação do Parque de Iluminação pública do Município de Armação dos Búzios, com a definição dos quantitativos necessários atender a demanda da Cidade, com a finalidade precípua de troca completa do Sistema de Iluminação Pública atual que conta com seguintes tipos de iluminação: V.S, Mista, Fluorescente, Incandescente, Alógena e VM, a serem substituídas gradativamente por tecnologia LED, até sua totalidade.

1.2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.2.1 - O Procedimento licitatório será conduzido pelo Sr. Pregoeiro, designado pelo decreto 1.817/2022, e será regido primordialmente pela Lei Federal n° 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 1200/2019 e pelo Decreto Municipal nº 1594/2021.

1.3 - DA SESSÃO INICIAL DO CERTAME

Data da sessão: 16/05/2022

Horário: 10:00 horas (Horário de Brasília)

Local: Estrada da Usina Velha, 600 - Centro, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ,

28950-000

2 - DO OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa para futura e pretensa aquisição de material para a reformulação e ampliação do Parque de Iluminação pública do Município de Armação dos Búzios, com a definição dos quantitativos necessários atender a demanda da Cidade, com a finalidade precípua de troca completa do Sistema de Iluminação Pública atual que conta com seguintes tipos de iluminação: V.S, Mista, Fluorescente, Incandescente, Alógena e VM, a serem substituídas gradativamente por tecnologia LED, até sua totalidade. conforme especificações detalhadas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital
- 2.2 A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para aquisição, e assegurada ao beneficiário a preferência de execução em igualdade de preços.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 2.3 Se do Registro de Preços decorrer contratação, esta será requerida pela Secretaria Solicitante em processo em apartado, devendo serem observadas as instruções normativas e diplomas legais pertinentes ao tema.
- 2.4 Do requerimento realizado pela Secretaria Solicitante poderá, ou não, haver a formalização de contrato, conforme MINUTA DE CONTRATO ANEXO X do presente edital, podendo este ser substituído por termo competente na forma do art. 62 da Lei 8.666/93.
- 2.5 O prazo do contrato deverá ser determinado pela Secretaria Solicitante de acordo com suas necessidades.

3 - ANEXOS DO EDITAL

- 3.1 Integram este edital os seguintes Anexos:
 - I Termo de Referência
 - II Planilha Orçamentária
 - III Modelo de Proposta de Preços
 - IV Modelo de Carta de Credenciamento
 - V Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
 - VI Modelo de Declaração de ME, EPP ou MEI
 - VII Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração e que a empresa não possui servidor público em seus quadros
 - VIII Declaração Relativa a Trabalho de Menores
 - IX Minuta da Ata de Registro de Preços
 - X Minuta do Termo de Contrato

4 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO IX deste edital vedada prorrogações

5 - PREÇO ESTIMADO

5.1 - O preço global estimado da presente licitação é de **R\$ 13.294.310,00** (treze milhões duzentos e noventa e quatro mil trezentos e dez reais), conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II deste Edital.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

5.2 - O valor global toma como base o quantitativo máximo do(s) item (ns) constantes na Ata de Registro de Preços.

6 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação:

Programa de Trabalho: 15.452.0027.2.049;

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00;

Código Reduzido: 654;

Fonte: 049.

7 - CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências:
- 7.1.1 Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;
- 7.1.2 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.
- 7.1.3 Para tais efeitos, entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 7.1.4 Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

8 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

8.1 - Poderão participar do certame as empresas cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 48 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame;



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

9 - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

- 9.1 Não poderão concorrer neste Pregão as sociedades empresárias e empresários:
- 9.1.1 Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7° da Lei Federal n° 10.520/02;
- 9.1.2 Impedidas de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 9.1.3 Em consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. Fica vedado a formação de consórcio, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.666/93, pois a vedação não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais, por conseguinte, não ocasionará qualquer prejuízo à competitividade do certame; especialmente, porque o objeto da contratação não envolve questões de alta complexidade, múltiplas especialidades ou grande vulto econômico os quais, por consequência, teriam o condão de afastar a possibilidade de participação isolada dos interessados.;
- 9.1.4 Quando tratar-se de Serviço, as constituídas sob a forma de sociedades cooperativas de mão-de-obra, tendo em vista que a natureza do serviço e o modo como é usualmente executado no mercado demandam a existência de vínculo de subordinação jurídica entre os profissionais e a contratada, bem como estão presentes os elementos de pessoalidade e habitualidade, conforme artigos 4º, inciso II, e 5º, da Lei Federal 12.690/2012 e a Súmula 281 do TCU
- 9.1.5 Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.
- 9.1.6 Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);
- 9.1.7 Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.1.8 Entende-se por "participação indireta" a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 9.1.9 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.
- 9.1.10 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 9.2 Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

10 - DO CREDENCIAMENTO E ETAPA PREPARATÓRIA

- 10.1 As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu preposto legal, munido dos seguintes documentos:
- 10.1.1 Original e de cópia da sua carteira de identidade, ou de outra equivalente com foto;
- 10.1.2 Documento credencial que lhe dê poderes expressos para participação na licitação, praticando todos os atos que lhe são pertinentes e correlatos;
- 10.1.2.1 Entende-se por documento credencial:
 - a) Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante qualificado como administrador, ou no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - b) Procuração ou Modelo de Carta de Credenciamento ANEXO IV ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste pregão, juntamente com o contrato social, identificando/qualificando o sócio administrador que assinar o documento.
- 10.2 -As licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.
- 10.3 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.
- 10.4 O credenciado poderá ser substituído por quantas vezes for necessário, para o bom andamento do certame, inclusive durante a sessão já aberta.
- 10.5 Da fase preparatória e antes da entrega dos envelopes de preço e habilitação serão entregues os documentos credenciais e demais documentos listados no subitem a seguir.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

10.5.1 - Documentos fora dos envelopes de proposta e habilitação:

- a) **Contrato social ou documento equivalente**, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante qualificado como administrador, ou no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- **b)** Procuração ou Modelo de Carta de Credenciamento Anexo IV ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste pregão, juntamente com o contrato social, identificando/qualificando o sócio administrador que assinar o documento.
- c) Cédula de Identidade do representante legal ou preposto constituído
- d) DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL ANEXO VI para as licitantes que ostentam essa condição e que pretendem utilizar as prerrogativas estabelecidas na lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo na mesma declaração constar que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida lei
- e) DECLARAÇÃO que de CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ANEXO V,
- f) Declaração de não existência de fatos impeditivos ANEXO VII
- 10.5.2 A falta de qualquer documentação elencada nos itens "a", "b" e "c" não impedem a participação da proponente, entretanto por falta de representação impedirá a manifestação quando da fase de lances verbais e fase recursal.
- 10.5.3 A falta de apresentação do documento do item "d" ou ainda outro meio de prova capaz de identificar sua condição empresarial, não impede a participação, entretanto ensejará a inaplicação das prerrogativas estabelecidas pela Lei 123/2006
- 10.5.4 A não apresentação das declarações constantes nos itens **"e"** e **"f"** ensejará o impedimento da participação da empresa no certame;
- 10.6 -Serão aceitos envelopes de preços e habilitação e documentos encaminhados por meros portadores que não estejam munidos dos documentos de credenciamento. A ausência desta documentação implicará a impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.
- 10.7 -Os documentos apresentados para o credenciamento deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

11 - DA PROPOSTA COMERCIAL - (Constantes no Envelope A – Proposta Comercial)

- 11.1 -A proposta comercial da licitante, no impresso padronizado fornecido pela Administração (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ANEXO III) ou em documento elaborado pela licitante que contenha as informações pertinentes para a correta identificação do objeto, devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas não autorizadas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:
- a) Identificação social, endereço, número de telefone, e-mail, número do CNPJ, referência a esta licitação e/ou processo administrativo.
- b) Descrição clara e detalhada dos serviços/produtos cotados, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital;
- c) Indicação dos preços unitários e total, em moeda nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso;
- d) Indicação de marca dos produtos quando cabível, não se aplicando para contratação de serviços
- e) dados bancários; data da proposta; assinatura do representante da proponente
- 11.1.2 Nas fases de propostas e de habilitação, se presente o representante ou preposto da empresa, o pregoeiro poderá permitir o saneamento de erros ou falhas desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.1.2.1 São considerados sanáveis e não substanciais, desde que presente preposto para tal, as seguintes falhas: Identificação social, endereço, número de telefone, e-mail, número do CNPJ, referência a esta licitação e/ou processo administrativo; dados bancários, datas, e assinatura do representante da proponente.
- 11.1.2.2 As propostas ainda poderão sofrer correções na forma do item 13.5.2 deste edital.
- 11.2 -O prazo de validade das propostas apresentadas à Administração será de 90 (noventa) dias, ainda que isto não esteja consignado formalmente na proposta ou esteja de forma diversa, independentemente de manifestação de concordância por parte da licitante;
- 11.2.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse da Secretaria Requisitante, esta poderá convidar o vencedor para firmamento da ata de registro de preços ou ainda solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

12 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Constantes no Envelope B - Habilitação)

- 12.1 -Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope "**B**", com o título "**DOCUMENTAÇÃO**", devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital.
- 12.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA
- 12.2.1 Cópia da **Cédula de Identidade** dos componentes do quadro societário ou dos administradores da empresa, quando o administrador não compuser o quadro societário e quando a natureza jurídica da empresa for de sociedade por ações
- 12.2.2 Ato constitutivo que poderá ser apresentado nas seguintes formas:
- 12.2.2.1 registro comercial, no caso de empresa individual;
- 12.2.2.2 **estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas
- 12.2.2.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 12.2.2.4 a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, também do Código Civil, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- 12.2.2.5 ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei n° 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.
- 12.2.2.6 Documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades;
- 12.2.2.7 Nos casos em que a formação societária for composta por pessoa jurídica, deverá esta ser apresentado o contrato social em vigor, bem como a Cédula de identidade de todo o quadro societário.
- 12.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- 12.3.2 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal**, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 12.3.3 Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Negativa com efeito de Positiva de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;
- 12.3.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS)** expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal.
- 12.3.5 Para empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro ou quando a regularidade Estadual assim condicionar, **Certidão da Dívida Ativa Estadual** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;
- 12.3.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos **Municipais (ISS)** expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda,
- 12.3.7 Prova de regularidade para com a **Dívida Ativa Municipal**,
- 12.3.8 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **FGTS, expedido** pela Caixa Econômica Federal CEF;
- 12.3.9 Prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- 12.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 12.4.1 **Apresentação do balanço patrimonial** e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

- 12.4.1.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - a) Publicados em Diário Oficial ou
 - b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
 - c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
 - d) Por fotocópia do Balanço Patrimonial extraído do Livro Diário, acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - e) Sociedade criada no exercício em curso deverá apresentar Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
 - f) As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.
- 12.4.1.2 Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 12.4.2 A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada da análise do balanço, para que serão observados os **índices de LG = Liquidez Geral ≥ 1, LC = Liquidez Corrente** ≥ **1, SG = Solvência Geral ≥ 1**, após a aplicação das seguintes fórmulas contábeis:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

A)
$$LG = \frac{Ativo\ Circulante\ + Realiz\'avel\ a\ longo\ prazo}{Passivo\ Circulante\ + Exig\'avel\ a\ longo\ prazo} \ge 1$$

B) LC =
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \ge 1$$

C)
$$SG = \frac{Ativo total}{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo} \ge 1$$

Os índices acima não ferem ao disposto no art. 31, da Lei 8.666/1993 e foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 31, § 50, da Lei 8.666/93, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

- 12.4.3 **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.
- 12.4.3.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira.
- 12.4.3.2 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo,
- 12.4.4 **Declaração passada pelo foro de sua sede** ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.
- 12.4.5 Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o ANEXO VIII deste edital, expressando não **empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre** e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

12.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.5.1 - A licitante deverá apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido** por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto semelhante ao do presente certame.

13 - DO CERTAME

- 13.1 No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, a comissão de pregão prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame aos interessados ou seus representantes
- 13.2 DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS
- 13.2.1 Iniciando os procedimentos o pregoeiro solicitará a entrega, de forma avulsa e fora dos envelopes de habilitação e/ou proposta, dos documentos credenciais e demais declarações estabelecidas na forma do ITEM 10 deste edital.
- 13.2.1.1 A apresentação de quaisquer declarações ou documentos falsos poderá ensejar, além das punições administrativas pertinentes ao caso, a persecução penal por eventual crime cometido contra a Administração Pública.
- 13.2.1.2 Quaisquer outros documentos apresentados, porém, não solicitados e que não demonstram relevância nesta etapa serão desconsiderados e devolvidos imediatamente ao representante da empresa, sendo vedada sua inclusão nos envelopes que já estejam entregues à comissão.
- 13.2.1.3 A apresentação dos documentos elencados dispensa nova apresentação no envelope de habilitação.
- 13.2.2 Após o transcurso da etapa credencial, o pregoeiro providenciará a consulta dos participantes no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS de forma a atestar a condição de adimplência e/ou participação dos presentes.
- 13.2.3 Encerrados os procedimentos iniciais, o que será feito pelo pregoeiro em voz alta, os licitantes serão convocados a entregar os envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes. Nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

13.3 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 13.3.1 Entregarão, em envelopes opacos, tamanho ofício, distintos "A" e "B" e devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para a habilitação, respectivamente, constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente, na forma abaixo:
- 13.3.2 No envelope contendo a proposta comercial:

ENVELOPE "A"

"PROPOSTA COMERCIAL" PREGÃO N°014/2022 IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE – Razão Social e CNPJ

13.3.3 - No envelope contendo a documentação:

ENVELOPE "B"

"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" PREGÃO N°014/2022 IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE – Razão Social e CNPJ

13.3.4 - Os dois envelopes deverão estar endereçados da seguinte forma:

À Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios A/C do Pregoeiro Estrada da Usina Velha, 600 - Centro, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ, 28950-000

- 13.3.5 Os envelopes deverão estar devidamente identificados com as informações básicas da licitante (Razão Social e CNPJ), através de etiqueta, carimbo, impressão, escrita caligráfica, ou qualquer outro meio que permita identifica-la de forma inequívoca.
- 13.3.6 DA ENTREGA REMOTA DOS ENVELOPES (CORREIO OU SIMPLES PORTADOR)
- 13.3.6.1 Serão aceitos envelopes de proposta e habilitação entregues através de **REMESSA REMOTA** (SIMPLES PORTADOR, CORREIO OU CONGÊNERES) ou diretamente na Coordenadoria Especial de Licitações e Contratos (Estrada da Usina Velha, 600 Centro, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS RJ, 28950-000) mediante preenchimento e assinatura de termo de recebimento, devendo a correspondência estar endereçada diretamente à Secretaria.
- 13.3.6.2 Toda documentação passível de autenticação já deverá estar autenticada pelos meios competentes quando da inserção nos invólucros licitatórios, sujeito a inabilitação do licitante que descumprir tal regra.
- 13.3.6.3 Os envelopes deverão estar plenamente lacrados e rubricados em seu fecho e emendas.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 13.3.6.3.1 Na forma do item 13.2.1 do EDITAL, deverão ser entregues, juntamente com os envelopes de propostas de preço e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-los em qualquer dos dois envelopes mencionados acima, a documentação, elencada no item 10 deste edital.
- 13.3.6.4 Os envelopes já deverão estar à disposição e na posse da comissão de pregão no 1º (primeiro) dia útil anterior à realização do certame, do que se atribui responsabilidade ao licitante o rastreamento e certificação de entrega à comissão, não cabendo pregoeiro ou à comissão responsabilidade de rastreamento ou busca ou procura da documentação em comento.
- 13.3.6.5 A documentação constante dos envelopes deverá estar assinada quando cabível e rubricada em todas as páginas pelo sócio administrador da empresa, assim indicado no contrato social. Caso a documentação venha assinada por terceiros, deverá ser juntado instrumento de procuração conferindo-lhe poderes assinado pelo sócio administrador sob risco de invalidade de autoria.
- 13.3.6.6 Toda a documentação constante dos invólucros deverá estar numerada sequencialmente no seguinte formato: página "número" de "total" (Ex.: 01/30), onde "número" é a posição em que se encontra a página e "total" representa o total de páginas constantes do envelope.
- 13.3.6.7 O recebimento tardio dos invólucros, em desacordo com a disposição deste item, implicará na impossibilidade da participação da interessada no certame, pelo que os envelopes ficarão acautelados lacrados na Coordenadoria de Licitações e Contratos para retirada da empresa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser destruídos sem prévio aviso após decorrido o prazo.

13.4 - DOS PROCEDIMENTOS

- 13.4.1 Recebidos os envelopes o pregoeiro procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.
- 13.4.2 Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa a agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.
- 13.4.3 No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

13.5 - DA ACEITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 13.5.1 Não caberá desistência de proposta após a ENTREGA dos envelopes, nem retratação, desconsideração ou mudança de preços ou ainda desistência de lances após o registro pelo pregoeiro, sujeitando o licitante às sanções administrativas previstas neste edital.
- 13.5.2 As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:
- 13.5.2.1 Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso quando indicado;
- 13.5.2.2 Se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;
- 13.5.2.3 Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;
- 13.5.2.4 Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.
- 13.5.3 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do MENOR PREÇO UNITÁRIO, observados o prazo máximo de execução dos serviços / fornecimento dos itens requeridos, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital.
- 13.5.4 Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de classificação
- 13.5.5 Serão desclassificadas as propostas:
- 13.5.5.1 Que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
- 13.5.5.2 Indicação diversa ou ausente de descrição, unidades, quantidades e marca ensejam a desclassificação unitária dos itens.

13.6 - DA FASE DE LANCES

- 13.6.1 Serão qualificados pelo pregoeiro para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) a de menor preço.
- 13.6.2 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais,



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, inclusive aqueles que apresentarem-se acima do valor estimado no edital, sendo vetado, entretanto, a adjudicação de valores se superior àquela estimativa.

- 13.6.3 O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.
- 13.6.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 13.6.5 O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público.
- 13.6.6 Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, sendo vedada a adjudicação de propostas, cujos preços unitários sejam superiores aos estimados na **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO II** deste edital.
- 13.6.7 DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS, NA FASE DE JULGAMENTO
- 13.6.7.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por uma dessas em valor até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 13.6.7.2 A microempresa, a empresa de pequeno porte ou equiparada, mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados a partir da declaração do vencedor, após convocação do pregoeiro, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;
- 13.6.7.3 Não sendo vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 13.6.7.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada, se for o caso.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

13.6.8 - DOS PREÇOS INEXEQUIVEIS

- 13.6.8.1 consideram-se manifestamente inexequíveis, os itens cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
 - b) valor orçado pela administração.
- 13.6.8.2 Observada pelo pregoeiro a inexequibilidade do preço proposto, com base nos parâmetros legais, o licitante poderá declarar a sua exequibilidade, competindo a este, quando instado, a comprová-la através de adequada abertura da composição dos preços de sua proposta, ou podendo abdicá-la;
- 13.6.8.3 O pregoeiro poderá diligenciar as propostas inexequíveis a fim de apurar efetivamente sua exequibilidade, podendo, inclusive, requerer documentação suplementar para tanto;
- 13.6.8.4 Se necessário, o pregoeiro poderá solicitar suporte técnico a outros órgãos desta Prefeitura Municipal para realizar a análise da exequibilidade das propostas apresentadas;
- 13.6.9 Nos casos em que houver pluralidade de itens a serem licitados, a fase habilitatória apenas terá início após o esgotamento da fase de lances, em todos os seus itens solicitados;
- 13.6.10 Será solicitada proposta final realinhada sempre que, em razão da natureza do objeto, houver necessidade de detalhamento e/ou conhecimento de custos de serviços e valores de itens componentes ou agregados. O prazo de remessa da proposta final realinhada ao valor do preço vencedor será de no máximo 3 (três) dias úteis a contar do dia seguinte da declaração da(s) vencedora(s).

13.7 - DA FASE HABILITATÓRIA

- 13.7.1 Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação, dando início à abertura da fase habilitatória.
- 13.7.2 Caso a licitante classificada em primeiro lugar desatenda às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 13.7.3 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- 13.7.4 DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS, NA FASE DE HABILITAÇÃO
- 13.7.4.1 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 13.7.4.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período a pedido do licitante devidamente justificado, <u>aceito a critério da Administração</u>, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 13.7.4.3 A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.
- 13.7.5 Do cadastro de licitantes
- 13.7.5.1 A habilitação das licitantes poderá ser verificada através do cadastro de licitantes próprio da administração, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste edital.
- 13.7.5.2 Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no cadastro de licitantes próprio da administração, estejam desatualizados, ou, no caso de certidões vencidas em que não haja disponibilidade de consulta nos sítios emitentes, será exigida a entrega da documentação em original ou em cópia autenticada.
- 13.7.5.3 A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão.
- 13.7.6 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a ausência de licitante naquele momento, será circunstanciada em ata.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

13.7.7 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos sem prévia comunicação.

13.8 - DOS RECURSOS

- 13.8.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro na ata da sessão competente, motivadamente, manifestara intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.
- 13.8.2 Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento das razões do recurso cuja entrega será preferencialmente por meio eletrônico através do e-mail <u>licitacao@buzios.rj.gov.br</u> ou presencialmente diretamente **na sala da Coordenadoria Especial de Licitações e Contratos** na sede da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios.
- 13.8.3 As peças recursais serão publicadas por portal da transparência, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, pelas mesmas possibilidades de meio, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 13.8.4 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 13.8.5 Cabe ao pregoeiro verificar as condições de admissibilidade do recurso, no que tange à presença dos pressupostos recursais de tempestividade, legitimidade, sucumbência, motivação e interesse.
- 13.8.6 Mantida a decisão recorrida pelo pregoeiro, o recurso será encaminhado à autoridade superior devidamente relatado que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro.
- 13.8.7 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.8.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade superior adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Os ajustes, suas alterações, disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e 10520/2002 e no



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

Decreto n° 7.892/2013 que regulamenta o sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei n° 8.666/93.

- 14.2. O não cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência ensejará a aplicação das seguintes penalidades:
- 14.2.1. Advertência por escrito;
- 14.2.2. Multa;
- 14.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 14.3. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.
- 14.3.1. O valor da multa aplicada à Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando a Contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado;
- 14.3.2. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.
- 14.3.3. As multas não terão caráter indenizatório e seus pagamentos não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

15 - DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Uma vez homologado o resultado da licitação, será formalizada a ata, conforme minuta constante do **ANEXO IX - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** deste edital, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com validade de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 15.2 A licitante vencedora será convocada para assinatura e, consequentemente formalização da ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis
- 15.3 Quando do comparecimento da empresa para assinatura da ata, deverão ser apresentados os originais dos documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato, caso esta não tenha sido apresentada quando dos momentos anteriores do certame e/ou encontrar-se vencida.
- 15.4 Em caso de alteração do quadro societário da contratante no curso do certame, deverá ser apresentado novo contrato social devidamente registrado na junta comercial e outras eventuais alterações, caso não esteja consolidado;
- 15.5 Em caso de inviabilidade ou excessiva onerosidade para que a licitante vencedora compareça presencialmente para a assinatura do contrato, o mesmo lhe será enviado eletronicamente, pelo que está ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, retornar enviando a via física do contrato devidamente assinado pelo representante legal.
- 15.6 Em caso de envio, a Ata de Registro de Preços assinada deverá ser acompanhada da devida documentação, em acordo com a disposição do subitem.
- 15.7 Os prazos constantes nos subitens supra estipulados poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 15.8 Como condição para celebração da ata, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.
- 15.9 Caso a licitante vencedora não compareça para assinatura e formalização da ata, ou não a envie devidamente assinada, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis, previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas estabelecidas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.
- 15.10 Ocorrendo a hipótese do subitem anterior a administração, observado o cadastro de reserva, examinara a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao à convocação.
- 15.11 O presente edital, bem como os seus anexos, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da ata de registro de preços.
- 15.12 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR:



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 15.12.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
 - a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) Não retirar a respectiva Nota de Empenho e/ou recursar-se a firmar contrato decorrente da ata de registro de preços, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) Quando deixar de executar ou frustrar as cláusulas do contrato firmado com a administração;
 - e) Estiverem presentes, razões de interesse público.

16 - DO CONTRATO

- 16.1 A licitante vencedora será convocada para celebração do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO X deste edital.
- 16.2 Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os originais dos documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato, caso esta não tenha sido apresentada quando dos momentos anteriores do certame e/ou encontrar-se vencida.
- 16.3 Em caso de alteração do quadro societário da contratante no curso do certame, deverá ser apresentado novo contrato social devidamente registrado na junta comercial e outras eventuais alterações, caso não esteja consolidado;
- 16.4 Em caso de inviabilidade ou excessiva onerosidade para que a licitante vencedora compareça presencialmente para a assinatura do contrato, o mesmo lhe será enviado eletronicamente, pelo que está ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, retornar enviando a via física do contrato devidamente assinado pelo representante legal. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 16.5 Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.
- 16.6 Caso a licitante vencedora não compareça para assinatura do instrumento contratual, ou não o envie devidamente assinado, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis, previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas estabelecidas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

16.7 - Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, conforme previsto nos incisos XXXIII e XVI, do artigo 4º da Lei Federal 10.520/02.

16.8 - DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.8.1 Nas hipóteses em que seja dispensada a lavratura de instrumento contratual a licitante vencedora será convocada para a retirada do empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 16.8.2 A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente à licitante vencedora, dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 16.8.3 O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.
- 16.8.4 Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.
- 16.8.5 Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato independente de transcrição.
- 16.8.6 A recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando à administração pública convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.
- 16.8.7 Em caso de inviabilidade ou excessiva onerosidade para que a licitante vencedora compareça presencialmente para a retirada do empenho, o mesmo lhe será enviado eletronicamente, devendo comprovar através do meio cabível, o recebimento do mesmo.

16.9 - RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.9.1 O recebimento provisório e definitivo do objeto será efetuado nos termos do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93, observando-se as especificações e peculiaridades, bem como a classificação do objeto;
- 16.9.2 Após o recebimento provisório, a Fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo;



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 16.9.3 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade;
- 16.9.4 O aceite/aprovação dos produtos pela Secretaria Solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital.
- 16.9.5 Quando se trate o objeto de bem permanente, após os devidos procedimentos e lançamentos realizados pela fiscalização, o objeto e demais documentações pertinentes serão encaminhadas ao Departamento de Patrimônio para a regular inclusão no cadastro de bens no município.

16.10 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.10.1 A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à Secretaria solicitante, preferencialmente até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.
- 16.10.2 Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome da Unidade Gestora Contratante,
- 16.10.3 O pagamento será efetuado pela Secretaria Solicitante, na medida em que se execute o objeto, mediante crédito em conta corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da nota fiscal apresentada pela contratada, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas.
- 16.10.4 As falhas na execução dos serviços importarão no pagamento proporcional à quantidade e/ou qualidade dos serviços realizados, sendo facultado à administração pública demandar contra a contratado eventual prejuízo percebido pela inexecução total ou parcial do fornecimento dos itens / serviços contratados seguindo os critérios ora descritos no do Termo de Referência.
- 16.10.5 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Contratante, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 16.10.6 O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário responsável pela pasta requisitante, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquela secretaria.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 16.10.7 Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.
- 16.10.8 Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação/fornecimento, com suas alterações e regulamentações posteriores.
- 16.10.9 Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

16.11 - REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

- 16.11.1 Para o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato poderá ser feita a revisão do preço contratado nas hipóteses do art. 65, II, d, da Lei 8.666/93, devidamente comprovadas.
- 16.11.2 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor do contrato será reajustado, competindo à contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da contratante.
- 16.11.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 16.11.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 16.11.3.2 Para os custos dos insumos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital, sendo adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 16.11.3.3 Nas repactuações seguintes o prazo será contado a partir dos efeitos financeiros da repactuação anterior.

17 - CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 17.1 Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos com identificação da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.
- 17.2 Documentos entregues fisicamente deverão contar com assinatura manuscrita. Os documentos remetidos eletronicamente deverão contar com assinatura eletrônica, não sendo legitima sua inversão, descaracterizando a autenticidade ou autoria do mesmo.
- 17.3 Eventuais Cláusulas estabelecidas neste edital que sejam inaplicáveis à licitação, seja pelo seu objeto, ou pela sua natureza, desde que não influenciem no resultado do certame, poderão ser desconsideradas pelo Pregoeiro.
- 17.4 Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação poderá ser enviado eletronicamente através do endereço eletrônico <u>licitacao@buzios.rj.gov.br</u> ou apresentado presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de ARMAÇÃO DOS BÚZIOS de segunda a sextafeira, das 09h às 16:30 horas, excetuados os dias de feriado municipal, estadual e federal, até às 16:30h do 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada no edital para abertura da sessão pública.
- 17.5 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento até o dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.
- 17.6 A impugnação não possui efeito suspensivo e a decisão, será proferida até o dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 17.7 As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão: apresentadas no processo administrativo, quando este for aberto; enviadas em resposta a eventual correspondência eletrônica que for enviada; e divulgadas concomitantemente no portal da transparência para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.
- 17.8 É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 17.9 A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.
- 17.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 17.11 O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através do portal da transparência no endereço eletrônico licitação@buzios.rj.gov.br.
- 17.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.
- 17.13 O Município e as licitantes do certame elegem o foro do Município de ARMAÇÃO DOS BÚZIOS para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 02 de maio de 2022.

Maurício de Andrade Azevedo Coordenador de Contratos



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ANEXO I - Termo de Referência

1.0 OBJETO:

1.1.Trata se de Registro de Preços para futura e pretensa aquisição de material para a reformulação e ampliação do Parque de Iluminação Pública do Município de Armação dos Búzios, com a definição dos quantitativos necessários atender a demanda da Cidade, com a finalidade precípua de troca completa do Sistema de Iluminação Pública atual que conta com os seguintes tipos de iluminação: V.S., Mista, Fluorescente, Incandescente, Alógena e VM, a serem substituídas gradativamente por tecnologia LED, até sua totalidade.

2.DA JUSTIFICATIVA:

2.1.A Iluminação Pública é de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios e constitui-se num dos vetores importantes para a segurança pública dos centros urbanos, no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade, além de valorizar e ajudar a preservar o patrimônio urbano, embelezando o bem público e propiciando a utilização noturna de atividades como lazer, comércio, cultura, entre outros. Visando atender as demandas cada vez mais crescente no que tange a instituição do turismo e do aumento populacional, se faz necessária a modernização e expansão da rede de iluminação pública conforme a orientação da Administração Pública e seu planejamento estratégico. O desgaste dos materiais que compõem o Sistema de Iluminação Pública, aéreo e subterrâneo, tais como: postes, luminárias, braço de luminárias, relé, reatores, cabos, fios, ferragens e acessórios, com o passar do tempo é necessário à sua reposição, sob pena de apresentarem defeitos, sendo que, a solução é a prevenção por meio de serviços operacionais, que incluem a manutenção preventiva e corretiva. Diante desse contexto, fica clara a necessidade de a Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na execução da conservação e eficientização energética que tem por finalidade reduzir o consumo de energia elétrica do Sistema de Iluminação Pública, uma vez que é seu dever e responsabilidade organizar e prestar os serviços de interesse local, sendo que a iluminação pública se constitui como uma das principais atribuições desta Secretaria.

3.DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

- 3.1.Todas as LUMINÁRIAS LED fornecidas no âmbito deste Memorial Descritivo deverão observar às normas abaixo especificadas e normas vigentes relacionadas ao objeto licitado:
- 3.1.1.ABNT NBR 5101:2018 Iluminação pública Procedimento;
- 3.1.2.ABNT NBR 15129:2012 Luminárias para iluminação pública Requisitos particulares;
- 3.1.3.ABNT NBR 5123:2016 Relé fotocontrolador intercambiável e tomada para iluminação;
- 3.1.4.Portaria INMETRO nº 144, de 12 de março de 2015
 - 3.2. Normas para Especificação e ensaios:
- 3.2.1.ABNT NBR IEC 60529:2005 Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (código IP);
- 3.2.2.ABNT NBR IEC 60598- 1:2010 Luminárias parte 1: Requisitos Gerais e Ensaios;
- 3.2.3.IESNA LM-80 IES Approved Method: Measuring Luminous Flux and Color Maintenance of LED



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

Packages, Arrays and Modules;

- 3.2.4.IESNA LM-79 Electrical and Photometric Measurements of Solid-State Lighting Products;
- 3.2.5.IESNA TM-21 Projecting Long Term Lumen Maintenance of LED Light Sources;
 - 3.3. As especificações são de acordo com a tabela abaixo:

Item	Tabela	Código	Descrição	Und. de Medida	Quant mín.	Quant máx.
1	SCO-RJ	MAT 016200	Braço curvo, em aço de baixo teor de carbono SAE 1010/1020 galvanizado a fusão, interna e externamente por imersão única em banho de zinco, conforme NBR-7398 e 7400 da ABNT, com 1,77m de projeção horizontal, diâmetro externo de 48mm, conforme desenho A4-1407-PD e especificação EM-RIOLUZ n° 17. Fornecimento.	Und	1.500	2750
2	SCO-RJ	MAT 016250	Braço de aço galvanizado, curvo, com 2,5m de projeção horizontal e diâmetro externo de 48mm. Fornecimento.	Und	2.500	3250
3	SCO-RJ	MAT 020560	Cabo de alumínio multiplexado auto sustentado, com três condutores fase de alumínio compactado (CA), com isolamento composto de polietileno reticulado (XLPE), 90oC, isolamento para 1Kv, seção 16mm2 e condutor neutro de alumínio compactado, não isolado, com alma de aço (CAA), seção 16mm2 (3 x 1 x 16 + 16), conforme NBR 8182. Fornecimento.	m	700	1.000
4	SCO-RJ	MAT 021100	Cabo Flexível PVC 750 V, 2 condutores de 1,5 mm2	m	7.000	10.000
5	SCO-RJ	MAT 022400	Cabo Flexível PVC 750 V, 2 condutores de 4,0 mm2	m	2.500	4.000
6	SCO-RJ	MAT 022450	Cabo Flexível PVC 750 V, 2 condutores de 6,0 mm2	m	2.500	4.000
7	SCO-RJ	MAT 022500	Cabo Flexível PVC 750 V, 2 condutores de 10,0 mm2	m	1.500	2.000
8	SCO-RJ	MAT 021700	Cabo de cobre flexível, 750V, seção de 3x16mm2, PVC/70oC. Fornecimento.	m	560	800
9	Mercad o	Cotação	Parafuso M16 em aço Galvanizado, comprimento = 300 MM, diâmetro = 16 MM, Rosca Máquina, cabeça quadrada	Und	2.000	2.600
10	Mercad o	Cotação	Porca Zincada, sextavada, diametro 1/2	Und	2.000	2.600
11	SCO-RJ	MAT 020700	CABO DE ALUMINIO TRIPLEX 16	m	700	1.000
12	SCO-RJ	MAT 021650	Cabo de cobre, flexível, 750V, seção de 3x10mm2, PVC/ 70oC. Fornecimento	m	700	1.000
13	SCO-RJ	MAT 021600	Cabo de cobre, flexível, 750V, seção de 3x6mm2, PVC/ 70oC. Fornecimento.	m	500	800



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

14	SCO-RJ	MAT 034000	Cinta de aço galvanizado de 140mm (5 1/2"). Fornecimento.	Par	250	400
15	Mercad o	Cotação	Cinta de aço galvanizado de 220mm. Fornecimento.	Par	700	1.000
16	SCO-RJ	MAT033800	Cinta de aço galvanizado, de 150mm	Und	250	400
17	SCO-RJ	MAT033850	Cinta de aço galvanizado, de 200mm	Par	500	800
18	SCO-RJ	MAT033900	Cinta de aço galvanizado, de 240mm	Und	90	120
19	SCO-RJ	MAT033750	Cinta de aço galvanizado, de 90mm	Und	100	150
20	Mercad o	Cotação	Fita isolante plástica adesiva, 19mm x 20m	Und	560	800
21	Mercad o	Cotação	Luminária pública em Led, modelo pétala, potência 100w, tensão 85/277v, frequência 50/60Hz, fator de potência > 0,96, fluxo luminoso 10000lm, eficiência luminosa de 100lm/w, vida útil 50.000h, isolamento Classe I, grau de potência IP66, temperatura de operação -50°+~75°, temperatura de cor TCC: 6500k, índice de cor CRI RA > 70, estrutura em liga de alumínio com lente em vidro, composto por 02 chips 50w, 02 drives eletrônicos potência nominal (PN) 50w, tensão nominal (UM) 100-240v, corrente nominal (In): 0,23A, frequência (Freq); 50/60Hz com dispositivos de proteção de surto (DPS), corrente nominal (In): 5kA, tensão de circuito aberto (Uoc): 10Kv, frequência nominal (fn): 50/60Hz, Classe A, Inmetro. De acordo com especificações técnicas da portaria 20 de fevereiro de 2017 ou 62 de fevereiro do 2022 do INMETRO. Apresentar junto com a proposta: Catálogo técnico das luminárias LED, escrito em língua portuguesa, com indicação de marca, modelo e referência. E certificação Inmetro do produto.	Und	4200	6000



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

22	Mercad o	Cotação	Luminária pública em Led, modelo pétala, potência 150w, tensão 85/277v, frequência 50/60Hz, fator de potência > 0,96, fluxo luminoso 15000lm, eficiência luminosa de 100lm/w, vida útil 50.000h, isolamento Classe I, grau de potência IP66, temperatura de operação -50°+~75°, temperatura de cor TCC: 6500k, índice de cor CRI RA > 70, estrutura em liga de alumínio com lente em vidro, composto por 03 chips 50w, 03 drives eletrônicos potência nominal (PN) 50w, tensão nominal (Un) 100-240v, corrente nominal (In): 0,23A, frequência (Freq); 50/60Hz com dispositivos de proteção de surto (DPS), corrente nominal (In): 5kA, tensão de circuito aberto (Uoc): 10Kv, frequência nominal (fn):50/60Hz, Classe A, Inmetro. De acordo com especificações técnicas da portaria 20 de fevereiro de 2017 ou 62 de fevereiro do 2022 do INMETRO. Apresentar junto com a proposta: Catálogo técnico das luminárias LED, escrito em língua portuguesa, com indicação de marca, modelo e referência. E certificação Inmetro do produto.	Und	1400	2000
23	Mercad o	Cotação	Luminária pública em Led, modelo pétala, potência 200w, tensão 85/277v, frequência 50/60Hz, fator de potência > 0,96, fluxo luminoso 20000lm, eficiência luminosa de 100lm/w, vida útil 50.000h, isolamento Classe I, grau de potência IP66, temperatura de operação -50°+~75°, temperatura de cor TCC: 6500k, índice de cor CRI RA > 70, estrutura em liga de alumínio com lente em vidro, composto por 04 chips 50w, 04 drives eletrônicos potência nominal (PN) 50w, tensão nominal (UM) 100-240v, corrente nominal (In): 0,23A, frequência (Freq); 50/60Hz com dispositivos de proteção de surto (DPS), corrente nominal (In): 5kA, tensão de circuito aberto (Uoc): 10Kv, frequência nominal (fn):50/60Hz, Classe A, Inmetro. De acordo com especificações técnicas da portaria 20 de fevereiro de 2017 ou 62 de fevereiro do 2022 do INMETRO. Apresentar junto com a proposta: Catálogo técnico das luminárias LED, escrito em língua portuguesa, com indicação de marca, modelo e referência. E certificação Inmetro do produto.	Und	700	1000
24	SCO-RJ	MAT 121050	Rele fotoelétrico interno e externo bivolt 1.000W de conector, sem base.	Und	8400	12000
25	Mercad o	Cotação	Base para Rele com suporte metálico.	Und	5.320	7.600
26	SCO-RJ	MAT039605	Conector perfurante para rede aérea, tensão de aplicação: 0,6/1 KV, grau de proteção: IP-65, principal: 6mm2 – 70 mm2 e derivação: 1,5 mm2 – 6mm2	Und	2800	4000



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

27	SCO-RJ	MAT039616	Conector perfurante para rede subterrânea, tensão de aplicação: 0,6/1 KV, grau de proteção: IP 68, principal 6mm2 – 70 mm2 e derivação: 6mm2 – 10 mm2.	Und	4000	6000
28	SCO-RJ	MAT 032500	Chave de partida direita trifásica, com caixa termoplástica, com fusível de 25 A, para motor potência de 5CV e tensão de 220V.	Und	23	35
29	Mercad o	Cotação	Chave de partida direta trifásica, com caixa termoplástica, com fusível de 63 A, para motor com potência de 10 CV e tensão de 220V.	Und	21	30
30	Mercad o	Cotação	Refletor de LED 150 W	Und	210	300
31	Mercad o	Cotação	Refletor de LED 200 W	Und	105	150
32	Mercad o	Cotação	Refletor de LED 1000W	Und	112	160

4.DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS:

- 4.1.A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar os materiais objetos desta licitação;
- 4.2.Os produtos deverão obedecer a todas as normas técnicas e exigências inerentes aos mesmos;
- 4.3.Os materiais deverão conter selo de identificação da conformidade expedido pelo INMETRO, comprovando que o produto foi fabricado de forma a respeitar e atender aos requisitos de uma norma ou regulamento técnico;
- 4.4.No momento de assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação que comprove que os itens a serem eventualmente adquiridos possuem o devido registro junto ao INMETRO, na forma da Resolução CONMETRO / MDIC número 7, de 22/12/2016.
- 4.5. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado.
- 4.5.1.O atestado de capacidade técnica deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo.

5.DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

- 5.1.Os materiais serão recebidos em consonância com o art. 73, II, da Lei nº 8.666/93, na seguinte forma:
 - **a)** provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
 - **b)** definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 5.2.Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

- 5.3.O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.4.A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração;
- 5.5.A aceitação provisória é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto, que será atestado pelo Fiscal.

6.DAS CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA:

- 6.1.O fornecimento será efetuado de forma fracionada, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento/ciência da Autorização de Fornecimento "A.F.O." expedido pela Secretaria requisitante;
- 6.2.Os materiais serão entregues no período de segunda a sexta-feira das 8 horas às 12 horas e 14 horas às 16 horas, no local de armazenamento desta Secretaria, no endereço a seguir, Estrada José Bento Ribeiro Dantas n° 12 Rasa Armação dos Búzios/RJ;
- 6.3.Os materiais serão armazenados, em local adequado, observando o quantitativo máximo de empilhamento, até que seja efetivamente utilizado.

7.DA GARANTIA:

- 7.1.A empresa fornecedora deverá garantir o cumprimento do prazo de garantia mínimo estipulado nos critérios para a concessão do selo PROCEL de 30 de junho de 2015, qual seja, não inferior a 03 (três) anos após a emissão da nota fiscal, para as lâmpadas de LED, assegurando a troca do produto defeituoso;
- 7.2. Para os demais produtos, deverá ser respeitado o período de garantia previsto no Código de Defesa do Consumidor.

8.DA FISCALIZAÇÃO:

- 8.1.Nos termos do art. 67, § 1°, da Lei n° 8.666/93, a CONTRATANTE designará 1 (um), ou mais, representante(s) para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- 8.2.O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade na entrega do material, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal administrativo do contrato, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 8.3.Os "atestos" referentes à execução do contrato deverão ser realizados pelo(s) fiscal(is) nomeado(s) para tal tarefa, na forma do item 7.1. e por ao menos 1 (um) outro servidor da mesma pasta;
- 8.4.Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no presente processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o MUNICÍPIO ou modificação da contratação;



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

8.5. As decisões que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

9.DO PRAZO:

9.1.O prazo de vigência da ata de Registro de Preços é de 12 **(doze) meses**, contados da sua assinatura.

10.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 10.1.Além das obrigações já definidas neste Termo, o Edital e no Contrato de Licitação deverão impor a empresa que vier a ser contratada, as seguintes entre outras obrigações de caráter geral:
- 10.1.1.Arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os equipamentos e materiais a serem fornecidos e utilizados para as Compras;
- 10.1.2. Efetuar a entrega do material em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 10.1.3.Entregar sempre as Compras concluídas, livres e desembaraçados em sua execução, incluindo a limpeza das áreas adjacentes;
- 10.1.4.Certificar-se, respondendo pelos eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) (EPC), tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos e outros adequados à prevenção de acidentes, previstos em leis e regulamentos concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho; a fiscalização do contratante poderá determinar a paralisação das entregas enquanto os empregados não portarem tais equipamentos, correndo os respectivos ônus por conta da contratada e mantendo-se inalterados os prazos de execução da contratação;
- 10.1.5. Responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus funcionários na entrega;
- 10.1.6. Responder exclusiva e integralmente, perante o contratante, pelos fornecimentos;
- 10.1.7.Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- 10.1.8. Acatar as determinações do contratante no sentido de reparar e/ou refazer, de imediato, os materiais executados com vícios defeitos intermitentes ou incorreções;
- 10.1.9.Substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações;
- 10.1.10.Comunicar à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecedam o prazo de entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- 10.1.11.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.12.O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

05 (três) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

- 10.1.13. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 10.1.14.Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.15.Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 10.1.16.Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 10.1.17. Designar preposto para assistir ao fiscal do contrato;
- 10.1.18. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços e obras em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações e/ou esclarecimentos que lhe forem efetuados;
- 10.1.19.Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações do Termo de Referência, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 10.1.20.Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 10.1.21.Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 10.1.22.Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 10.1.23. Não permitir a utilização do trabalho de menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16(dezesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos.

11.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 11.1.A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações contratuais, consoante o que estabelece a Lei Federal nº 8.666/93;
- 11.2.É dever da Contratante:
- 11.2.1. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 11.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 11.2.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos abjetos fornecidos, para que sejam corrigidos;
- 11.2.4. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato;
- 11.2.5.Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto dos serviços de mão-de-obra empregado, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas;



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 11.2.6. Providenciar os pagamentos das notas fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados;
- 11.2.7.Rejeitar, no todo, ou parcial os materiais que estejam em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;
- 11.2.8.Emitir "Autorização de Fornecimento" autorizando o início da execução do Contrato;
- 11.2.9. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no Contrato;
- 11.2.10.Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no item "Das condições de pagamento" neste termo;
- 11.2.11.Solicitar o reparo dos serviços que não atenderem às especificações do objeto contratado e/ou às disposições do presente termo de referência e seus anexos e/ou do instrumento convocatório;
- 11.2.12.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 11.2.13. Efetuar os pagamentos em conformidade com os quantitativos de serviço realmente executados pela CONTRATADA.

12.ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA:

- 12.1.O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 13.294.310,00** (treze milhões duzentos e noventa e quatro mil trezentos e dez reais);
- 12.2. As despesas para a presente contratação correrão pela dotação orçamentária a seguir:
- 12.2.1. Programa de Trabalho: 15.452.0027.2.049;
- 12.2.2.Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00;
- 12.2.3. Código Reduzido: 654;
- 12.2.4. Fonte: 049.
 - 12.3.A presente dotação orçamentária poderá ser alterada de acordo com a necessidade desta Secretaria de Serviços Públicos.

13.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 13.1.Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pela Contratada até a assinatura do contrato;
- 13.2.O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal à Secretaria Contratante, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista contratada e demais documentos que vierem a ser exigidos pelos regulamentos municipais pertinentes ao tema, devidamente atestada pelos servidores designados para o recebimento dos serviços;
- 13.3.Para receber seus créditos a contratada deverá comprovar as regularidades fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação;
- 13.4.O prazo de pagamento da Nota Fiscal será de até 30 (trinta) dias a partir da data final do período de adimplemento e mediante sua apresentação juntamente com os demais documentos mencionados no Subitem 12.2, à Secretaria Requisitante, que, por sua vez, providenciará junto ao Protocolo do Município a instrumentalização de Procedimento Administrativo de Pagamento;
- 13.5.Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo de pagamento passará a



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

fluir após a sua reapresentação.

- 13.6.A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ;
- 13.7.A Contratante reserva-se o direito de reter o pagamento de valores para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros;
- 13.8.No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município, ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;
- 13.9.A nota fiscal, isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato e servidor designado pelo ordenador de despesas;
- 13.10.Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação;
- 13.11.Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die;
- 13.12.Na eventualidade de ocorrer antecipação no pagamento, de acordo com a alínea "d" do inciso XIV do artigo 40 da Lei nº 8.666/93, o valor sofrerá deflação financeira, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado pelo IPCA *pro rata diem*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria
- 13.13.Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

14.DO REAJUSTE DE PREÇOS:

14.1.Os valores pactuados mediante ata de Registro de Preços e/ou contrato administrativo são fixos e irreajustáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado o art. 3º, da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

15.DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PRECOS:

15.1.É **permitida** adesão a(s) ata(s) de Registro de Preços, desde que respeitados os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal n° 426/2015.

16.DAS CONDIÇÕES GERAIS:

16.1. Estas e outras especificações determinam as normas a seguir, os materiais a empregar e as Compras a executar para eficientização do parque de iluminação pública. As Compras serão executadas em estrita e total observância das indicações constantes nas solicitações



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

designadas pela SESEP, não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da Fiscalização.

- 16.1.1.A Secretaria de Serviços Públicos concederá previamente, de forma a economicidade pública, a Autorização de Fornecimento "A.F.O." dos materiais que for necessário com a quantidade de materiais necessários;
- 16.1.2.As especificações, e planilhas orçamentárias são elementos que se complementam, devendo as eventuais discrepâncias ser resolvidas pela Fiscalização na ordem de prevalência acima indicada;
- 16.1.3.Nestas especificações fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais similares ao especificado, se rigorosamente equivalentes, isto é, se desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas, e com a autorização da Fiscalização;
- 16.1.4.Reserva-se à Fiscalização o direito de impugnar o andamento da entrega de materiais, desde que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a Contratada a desmanchar por sua conta e risco o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as mesmas especificações e garantias;
- 16.1.5.A Contratada deverá conservar no escritório/galpão uma cópia destas especificações e dos projetos de substituição, sempre à disposição da Fiscalização;
- 16.1.6.De modo algum a atuação da Fiscalização, na parte de execução dos Compras, eximirá ou atenuará a responsabilidade da Contratada pelos defeitos de ordem construtiva que as mesmas vierem a apresentar. Só à contratada caberá a responsabilidade pela perfeição dos materiais e acessórios em todos os seus detalhes;
- 16.1.7.Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo entre a Contratada e a Fiscalização;
- 16.1.8.Os ensaios e pesquisas para a caracterização do material obedecerão às normas da ABNT NBR 5461-1991- Iluminação.
 - 16.2. As Compras são constituídas basicamente de:
- 16.2.1. Material elétrico para Iluminação Pública.

17.DAS SANÇÕES CONTRATUAIS:

- 17.1.Os ajustes, suas alterações, disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e 10520/2002 e no Decreto n° 7.892/2013 que regulamenta o sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei n° 8.666/93.
- 17.2.O não cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência ensejará a aplicação das seguintes penalidades:
- 17.2.1. Advertência por escrito;
- 17.2.2. Multa;
- 17.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 - 17.3. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

trinta dias.

- 17.3.1.O valor da multa aplicada à Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando a Contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado;
- 17.3.2.Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.
- 17.3.3.As multas não terão caráter indenizatório e seus pagamentos não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

Armação dos Búzios, 18 de abril de 2022.

Carlos Magno Fraga da Silva CREA 19881032-15 Responsável pela Elaboração

Marcus Vallerius da Silva Lodeose

Secretário de Serviços Públicos Portaria 08/2021



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ANEXO IV - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À Comissão de Licitaçã	ões			
A empresa				(razão social),
			ato representada por	(pelos) seu(s)
representante			outorgamos	
			,	portador da
Carteira de Identidad	e nº	, expe	edida por	·
			deres para representar	
			sários e indispensáveis	
desempenho deste m	andato, inclusive, pre	star esclarecime	ntos, formular proposta	ıs verbais, nos
•	•	•	nº 123/2006, receber or recurso e de participa	•
ARM	AÇÃO DOS BÚZIOS, _	de	de 2022.	
Ass	sinatura do Represent	ante Legal ou Pre	eposto Constituído	



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À Comissão de Li	citações			
no CNPJ/MF nº _ (s) legal(is) DECL	, n ARA ter total e incondicio ortanto atendemos plenar	este ato represe nal conhecimer	nto do Edital	do PREGÃO PRESENCIA
desta licitaçã o, r	não havendo nada que nos	desabone.	·	
	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, _	de		de 2022
-	Assinatura do Represent	ante Legal ou Pi	reposto Cons	 tituído



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A Comissão de Licitações	S			
A empresa			(1	razão social), inscrita
no CNPJ/MF nº	, nes	ste ato represent	ada por (pelos) se	eu(s) representante
(s) legal(is) DECLARA que	ostenta a condição (de		(MICROEMPRESA ou
EMPRESA DE PEQUENO PORT	E ou MICROEMPREENDEL	OOR INDIVIDUAL), q	ue cumpre os rec	quisitos legais para
efeito de qualificação	como ME-EPP e qu	ie não se enqu	adra em nenhu	ma das hipóteses
elencadas no § 4º do art	t. 3º da Lei Complem	entar nº 123 , est	tando apta a usuf	ruir dos direitos de
que tratam os artigos 42	2 a 48da mencionada	Lei, não havend	lo fato superveni	ente impeditivo da
participação no presento	2			
ARMAÇ	ÃO DOS BÚZIOS,	de	de 202	2.
Assin	atura do Representar	nte Legal ou Preg	osto Constituído	



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E DE NÃO EXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NOS QUADROS FUNCIONAIS

A	fi	irma	/	Empresa							,Sediada	na	rua
•			,	2				 ,nº	,		(cidade)		ado),
				dastro Nacio , sob as per			dica (C.				por seu	represer	ntante
				jeita a qualo gatoriedade						ontra	atar com a <i>A</i>	dminist	ração,
b.	ine	xiste	m se	ervidores pú	blicos muni	cipais no	os quad	dros de	sta emp	resa);		
en M	n lir unic	nha r cipal	eta, de	colateral o	por afinida os Búzios,	ade até (nos carg	o terce gos de	eiro gra direçã	u, ocup o e che	ante efia	com vínculo es do quadro ou exercen	da Pref	eitura
		_		r pleno con vistas no Ed		_	lação p	ertiner	nte à co	ntra	tação em pa	auta e d	emais
						Las	aal a Da						
						LOC	cal e Da	ıtd					
				_	Diret	or ou Rep	present	ante (s)	Legal		_		



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

À Comissão de Licitações				
A empresa				_ (razão social), inscrita
no CNPJ/MF nº	, neste	ato represent	tada por (pelos)	seu(s) representante
(s) legal(is) DECLARA , para fins do				
de 1993, acrescido pela Lei nº 9.8	354,de 27 de	outubro de	1999, que não	emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturn	o, perigoso o	u insalubre e	e não emprega	menor de dezesseis
anos.				
Ressalva: () emprega menor, a	partir de qua	atorze anos, r	na condição de	aprendiz
ARMAÇÃO DOS B	ÚZIOS,	de	de 2	.022
Assinatura do R	enresentante	Legal ou Prei	nosto Constituí	
Assiliatara do N	-presentante	LCBui Du i i C	Joseph Constitut	40



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos xxxxxx dias do mês de xxxxxx do ano de 2022, às xx horas, na sala da Coordenadoria Especial de Licitações e Contratos, reuniram-se o Pregoeiro e sua equipe de apoio para instituir a presente Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Presencial n° xxxx, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de xxxxxxxxx (xxxxxx) dias, de XX/XX/202x a XX/XX/202x.

CLÁUSULA QUARTA - Dos preços registrados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					
02					

CLÁUSULA QUINTA - DAS ADESÕES

- 5.1 De acordo com o Decreto Municipal nº 426 de 2015 a ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 426 de 2015.
- 5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

O Foro da Cidade de Armação dos Búzios é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão presencial e à adjudicação e execução dela decorrentes, assinadas pelo xxxxxx.

Armação dos Búzios/RJ, XX de XXXXXXX de 202x

PREGOEIRO

ORDENADOR DE DESPESAS

PESSOA JURÍDICA



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ANEXO X – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O XXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX decorrentes da Ata de Registro de preços. XXXXXXXX

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1 O presente contrato administrativo tem por objeto a aquisição de Contratação de empresa para futura e pretensa aquisição de material para a reformulação e ampliação do Parque de Iluminação pública do Município de Armação dos Búzios, com a definição dos quantitativos necessários atender a demanda da Cidade, com a finalidade precípua de troca completa do Sistema de Iluminação Pública atual que conta com seguintes tipos de iluminação: V.S, Mista, Fluorescente, Incandescente, Alógena e VM, a serem substituídas gradativamente por tecnologia LED, até sua totalidade., conforme projeto básico e proposta apresentada que, para todos os fins e efeitos legais, são partes integrantes deste contrato.
- 1.2 O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos do Art. 73, inciso II e parágrafos, da Lei Federal n.º 8666/93, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados no edital e seus anexos, à Ata de Registro de Preços e demais documentos que instruem os autos do processo sob o n° 1015/2022..

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

2.1 - A execução do objeto deste contrato será realizada com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, confecções gerais e especiais, contidas no edital de licitação do Pregão Presencial 014/2022 e seus Anexos bem como nos demais documentos que instruem o processo.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 2.2 A aceitação do fornecimento se dará mediante a avaliação de funcionários da CONTRATANTE que constatarão se o produto atende a todas as especificações contidas no edital.
- 2.3 Na recusa da aceitação por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da efetiva aceitação.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 Pela execução do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE obriga-se a pagar à CONTRATADA os valores registrados na Ata de Registro de Preços XXXXXXX que, para todos os fins e efeitos legais, são partes integrantes deste contrato.
- 3.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, após a apresentação das faturas, devidamente atestadas na Secretaria Municipal de Educação, com as notas de empenho correspondentes.
- 3.3 Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante fatura que deverá ser apresentada pela contratada, atestada e visada por 02 (dois) servidores da secretaria responsável pelo recebimento.
- 3.4 Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de apresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.
- 3.5 Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação das despesas, nos termos do artigo 63, da Lei n°. 4.320/1964, obedecido ao disposto no artigo 73, da Lei Federal n°. 8.666/1993.
- 3.6 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Contratante, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 3.7 O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário responsável pela pasta requisitante, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquela secretaria.
- 3.8 Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.
- 3.9 Entende-se por atraso o período que exceder o trintídio previsto nesta cláusula.
- 3.10 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.11 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho: 15.452.0027.2.049;

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00;

Código Reduzido: 654;

Fonte: 049.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

- 4.1 O fornecimento será efetuado de **forma fracionada**, com prazo de entrega não superior a **10 (dez) dias** úteis, contados a partir do recebimento/ciência da Autorização de Fornecimento "A.F.O." expedido pela Secretaria requisitante;
- 4.2 Os materiais serão entregues no período de segunda a sexta-feira das 8 horas às 12 horas e 14 horas às 16 horas, no local de armazenamento desta Secretaria, no endereço a seguir, Estrada José Bento Ribeiro Dantas n° 12 Rasa Armação dos Búzios/RJ;
- 4.3 Os materiais serão armazenados, em local adequado, observando o quantitativo máximo de empilhamento, até que seja efetivamente utilizado.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 5.1 O CONTRATANTE deverá promover a fiscalização sistemática da realização dos serviços contratados na forma do artigo 73, I e II e §1° da Lei n°. 8.666/1993.
- 5.2 A fiscalização da entrega dos produtos caberá ao CONTRATANTE, ou a quem dele preposto seja, a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse procedimento, definidos na legislação pertinente e, em especial, na especificação dos produtos a serem executados, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 5.3 A CONTRATADA declara antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.
- 5.4 Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos produtos, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

5.5 - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos produtos contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos mesmos não implicará em corresponsabilidade da CONTRATANTE e de seus prepostos.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

6.1 - O presente não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no seu todo ou em parte.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS RESPONSABILIDADES

- 7.1 A CONTRATADA assume, na forma do art. 70 e seguintes da Lei 8.666/93, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, aparelhos e equipamentos necessários a boa e perfeita execução dos serviços contratados, responsabilizando-se também pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.2 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária securitária, e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à CONTRATADA.
- 7.3 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.4 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas no processo.

8 - CLAUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Além das obrigações já definidas neste Termo, o Edital e no Contrato de Licitação deverão impor a empresa que vier a ser contratada, as seguintes entre outras obrigações de caráter geral:
- b) Arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os equipamentos e materiais a serem fornecidos e utilizados para as Compras;
- c) Efetuar a entrega do material em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;
- d) Entregar sempre as Compras concluídas, livres e desembaraçados em sua execução, incluindo a limpeza das áreas adjacentes;



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- e) Certificar-se, respondendo pelos eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) (EPC), tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos e outros adequados à prevenção de acidentes, previstos em leis e regulamentos concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho; a fiscalização do contratante poderá determinar a paralisação das entregas enquanto os empregados não portarem tais equipamentos, correndo os respectivos ônus por conta da contratada e mantendo-se inalterados os prazos de execução da contratação;
- f) Responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus funcionários na entrega;
- g) Responder exclusiva e integralmente, perante o contratante, pelos fornecimentos;
- h) Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- i) Acatar as determinações do contratante no sentido de reparar e/ou refazer, de imediato, os materiais executados com vícios defeitos intermitentes ou incorreções;
- j) Substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações;
- k) Comunicar à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecedam o prazo de Compras, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- l) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- m) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (três) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;
- n) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- o) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- p) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- q) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- r) Designar preposto para assistir o fiscal do contrato;
- s) Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços e obras em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações e/ou esclarecimentos que lhe forem efetuados;
- t) Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações do Termo de Referência, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- u) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- v) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- w) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- x) Não permitir a utilização do trabalho de menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16(dezesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos.

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações contratuais, consoante o que estabelece a Lei Federal nº 8.666/93;
- b) É dever da Contratante:
- c) Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- e) Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos abjetos fornecidos, para que sejam corrigidos;
- f) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato;
- g) Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto dos serviços de mão-de-obra empregado, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas;
- Providenciar os pagamentos das notas fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados;
- i) Rejeitar, no todo, ou parcial os materiais que estejam em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;
- j) Emitir "Autorização de Fornecimento" autorizando o início da execução do Contrato;
- k) Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no Contrato;
- l) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no item "Das condições de pagamento" neste termo;
- m) Solicitar o reparo dos serviços que não atenderem às especificações do objeto contratado e/ou às disposições do presente termo de referência e seus anexos e/ou do instrumento convocatório;
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- o) Efetuar os pagamentos em conformidade com os quantitativos de serviço realmente executados pela CONTRATADA.

9 - CLÁUSULA NONA: DOS TRIBUTOS E DESPESAS



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

9.1 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

- 10.1. Os ajustes, suas alterações, disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e 10520/2002 e no Decreto n° 7.892/2013 que regulamenta o sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei n° 8.666/93.
- 10.2. O não cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência ensejará a aplicação das seguintes penalidades:
- 10.2.1. Advertência por escrito;
- 10.2.2. Multa;
- 10.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 10.3. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.
- 10.3.1. O valor da multa aplicada à Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando a Contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado;
- 10.3.2. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.
- 10.3.3. As multas não terão caráter indenizatório e seus pagamentos não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

- 11.1 A aceitação do serviço se dará mediante a avaliação de funcionários do CONTRATANTE que constatarão se o projeto atende a todas as especificações contidas no edital.
- 11.2 Na recusa de aceitação por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá trocar as suas expensas, o material ou o produto e ou equipamento que vier a ser recusado por desatendimento às condições, características e padrões de qualidade definidas no edital.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

- 11.3 A aceitação do objeto será provisória nos termos do art. 73, II, "a" da Lei n°8.666/1993 para efeito de posterior verificação da conformidade com o material com a especificação e, definitivo nos termos do art. 73, II "b" da Lei n° 8.666/1993, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.
- 11.4 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.
- 11.5 A Secretaria Municipal de Educação emitirá o termo de recebimento (aceitação) dos produtos e a partir daquela data, iniciará a contagem do prazo de garantia;
- 11.6 A aceitação pela CONTRATANTE de qualquer produto, não exime a CONTRATADA de total responsabilidade sobre toda e qualquer irregularidade que porventura venha a existir.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES

12.1 - Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do artigo 58, da Lei nº. 8.666/1993.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS TRIBUTOS E DESPESAS

13.1 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO

14.1 - A contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato, nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I ao XII, da Lei 8.666/93, sem que acarrete, para a contratada, direito a indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente, será providenciada a publicação resumida deste contrato, na Imprensa Oficial, onde são publicados os atos do Poder Executivo, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data na forma do Art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

- 16.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Armação dos Búzios, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos deste contrato.
- 16.2 E por estarem justos e acordados, firmam o presente TERMO DE CONTRATO em 3 (três) vias de igual forma e teor, mas para um só e único efeito, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas abaixo identificadas.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1015/2022

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, XXX de xxxxxxxxl de 2022	
SECRETARIA MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxxx	
SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	_

Testemunha 01	Testemunha 02
Assinatura	Assinatura
Nome	Nome
RG	RG
CPF	CPF